



OS LIMITES DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL

THE LIMITS OF CAPITAL AND EDUCATION IN PANDEMIC TIMES IN BRAZIL

Kênia Miranda¹

<https://orcid.org/0000-0002-1910-2897>

José dos Santos Rodrigues²

Resumo:

O presente texto assume o desafio e os limites de, não só registrar, mas também analisar o complexo movimento das relações entre educação e capitalismo, no Brasil, sob a pandemia da Covid-19 e sob a peste que acomete o país, faz dois anos.

Palavras-chave: Educação, capitalismo e pandemia; Brasil: governo Bolsonaro, educação e pandemia.

Abstract:

This text takes the challenge and limits of not only noting, but also analyzing the complex movement of the relations between education and capitalism in Brazil, under the Covid-19 pandemic and the infection that has been plaguing the country for two years.

Keywords: Education, capitalism, and pandemic; Brazil: Bolsonaro's government, education, and Covid-19.

¹ Doutora em História (UFF, 2011). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx), E-mail: keniamiranda2006@gmail.com

² Doutor em Educação (Unicamp, 1997). Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx), E-mail: jrodrigues21@gmail.com

*Em memória de todas as pessoas que perderam a vida,
vitimadas pela peste, no Brasil.
Ao nosso amigo Mario Duayer.*

PRÓLOGO: COMO FOTOGRAFAR A REALIDADE EM MOVIMENTO?

No dia 17 de janeiro de 2021, de todos os fatos – notórios, notáveis, banais ou ignorados – ocuparam maciçamente os noticiários ao vivo: as transmissões *via internet* da reunião da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, desde Brasília, que, apesar do governo federal, finalmente aprovou o uso emergencial de duas vacinas anti-Covid-19, seguida da vacinação da primeira brasileira, negra, enfermeira, em São Paulo; e a aplicação da primeira prova do Exame Nacional do Ensino Médio, em todo território nacional³, comemorada pelo ministro pastor da educação, como um grande sucesso, mesmo diante da ausência de mais da metade dos inscritos no exame (2.842.332 ausentes).

Como registrar e analisar as complexas relações entre a educação e o capitalismo, em tempos de pandemia, quando somos soterrados diariamente por números que registram fatos aterradores, sejam oriundos da economia, da saúde, da educação?

Dentre as três variáveis comuns à técnica fotográfica, tem-se a *velocidade de abertura* (e fechamento) do obturador que define o tempo de exposição, ou seja, do tempo em que a luz (a “informação”) incide sobre o sensor digital ou ainda a película fotossensível, no/na qual irá se formar a imagem bidimensional da realidade. De acordo com a intenção e a arte do fotógrafo, poderemos ter uma imagem muito escura ou excessivamente clara. Uma imagem claramente estática (congelada) ou com marcas (borrões ou rastros) do movimento do objeto. Quanto mais rápido move-se o objeto a ser fotografado, mais se exige da técnica do fotógrafo e mais ainda se interpela a sua intenção.

É preciso ainda escolher o enquadramento, além da profundidade de campo e da abertura do diafragma. Isto significa que nenhuma fotografia, por si só, é capaz de esgotar os aspectos da realidade. Sem dúvida, serão precisas inúmeras fotografias e análises para que, em algum momento no futuro, possa-se elaborar uma síntese mais precisa e totalizante das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais, nas quais se encontram imbricadas a educação e a saúde.

O presente texto assume o desafio e os limites de, não só registrar, mas também analisar o movimento, sempre angustiante, das relações entre educação e capitalismo, no Brasil, sob a pandemia da Covid-19 e sob a peste que acomete o país, desde o dia 1º de janeiro de 2019. O artigo está organizado em outras cinco seções, a saber, *1. O pandemônio bolsonarista e a pandemia*, *2. O vírus do capital*, *3. A educação não cabe no celular: irrompem as contradições*, *4. A tecnologia digital a serviço do capital e a heteronomia docente*, e, finalmente, *Por um programa pedagógico de luta: à guisa de considerações finais*, além desta introdução.

³ Exceto em Manaus, que passou pelo segundo colapso da rede de saúde, sintetizado na falta de oxigênio nas unidades hospitalares

O PANDEMÔNIO BOLSONARISTA E A PANDEMIA

No Brasil, sob o (des)governo de Jair Messias Bolsonaro, na primeira semana de 2021, atingiu-se oficialmente 200.000 mortes decorrentes da infecção pelo coronavírus Sars-CoV-2.

Contudo, se consideramos, além desses óbitos, também as mortes por síndrome respiratória aguda grave (SRAG), sem diagnóstico específico de causa, estimam em 270.000 vidas perdidas.⁴

Sintomaticamente, menos de uma semana após a Organização Mundial de Saúde declarar a pandemia da Covid-19⁵, a primeira vítima fatal, reconhecida naquele momento como tal no estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 17 de março de 2020, foi uma mulher, de 63 anos, empregada doméstica, que trabalhava no bairro do Leblon, município do Rio de Janeiro.

A anônima trabalhadora contraiu a Covid-19 de seus patrões, que haviam retornado de viagem da Itália. Cabe talvez lembrar que a Itália foi/é um dos países europeus e do mundo mais atingido pela pandemia, inclusive naquele momento⁶. Ao demonstrar os primeiros sintomas, dia 16 de março, no local de trabalho, a mulher foi enviada de táxi para casa, no município de Miguel Pereira (RJ), 120 quilômetros distante. Lá foi imediatamente internada no Hospital Municipal Luiz Gonzaga e veio a falecer no dia seguinte.

"Ela não era aposentada, porque ainda não tinha tempo de contribuição para isso. Então, mesmo com obesidade, diabetes, hipertensão e infecção urinária, ela continuou trabalhando. Ela precisava do dinheiro", destacou, emocionado, um dos irmãos da vítima...⁷

A totalidade da tragédia da pandemia ou do pandemônio do capital no Brasil pode ser entrevista nesta breve notícia de jornal.

Uma mulher idosa e adoentada precisa se submeter a vender a sua força de trabalho, em local tão distante de sua residência, que se vê obrigada a pernoitar parte da semana na morada de seus patrões, localizada, como já foi mencionado, no bairro carioca do Leblon – o metro quadrado quase mais caro do Brasil⁸. Teria ela todos os direitos trabalhistas respeitados? Qual seria o salário desta trabalhadora doméstica? A jornada diária de trabalho estava limitada a 8 horas. Muito provavelmente, ocupava um cômodo de exíguos metros quadrados. Talvez houvesse nele um

⁴ Cf. A FACE do fracasso. Brasil supera as piores projeções chega a 200 mil mortos pela Covid; SUBNOTIFICAÇÃO de óbitos pela doença no país é de 30%, estima Fiocruz. In: O Globo, 08/01/21, p.08; e principalmente, o Boletim Semanal 00 de 2021, do sistema InfoGripe (disponível em <https://gitlab.procc.fiocruz.br/mave/repo/-/blob/master/Boletins%20do%20InfoGripe/Boletim_InfoGripe_atual_sem_filtro_febre.pdf>, que monitora os dados de notificação de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) no Brasil<<http://info.gripe.fiocruz.br/>>.

⁵ Cf. ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus. In: Portal do Instituto Gonçalo Moniz – Fiocruz Bahia, 11/03/20. Disponível em <<https://www.bahia.fiocruz.br/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus/>>, acesso em 11/01/21.

⁶ Os dados compilados pela Johns Hopkins University podem ser acompanhados em <<https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>>, acesso em 09/01/21.

⁷ PRIMEIRA vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. In: Portal de Notícias UOL. 19/03/2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>>, acesso em 05/01/21.

⁸ Segundo o índice FIPE-ZAP, o metro quadrado do Leblon custa em média R\$ 21.423, 00, contra a média do Rio de Janeiro de R\$ 9.437,00. Em São Paulo, a média é R\$ 9.327,00, enquanto o bairro cujo metro quadrado mais caro é Cidade Jardim – R\$ 22.681,00. Cf. Índice FIPE-ZAP – Venda Residencial – Informe de dezembro de 2020. Disponível em <<https://fipezap.zapimoveis.com.br/wp-content/uploads/2021/01/fipezap-202012-residencial-venda.pdf>>, acesso em 09/01/21.

basculante. Também não sabemos a sua escolaridade, mas se considerarmos as estatísticas oficiais⁹, não deve ser errôneo inferir que ela poderia ter, talvez, concluído o ensino fundamental.

A anônima trabalhadora doméstica foi levada e atendida em uma unidade terciária do Sistema Único de Saúde¹⁰, cujas bases legais foram estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

E que, no Ano I da pandemia, completaram-se 30 anos de sua criação oficial, através da Lei 8.080/1990:

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. (BRASIL, 1990).

“Sem o SUS, é a barbárie”. Passados cerca de 10 meses de pandemia no Brasil, é corrente ler, ver e ouvir, mesmo que só se considere a mídia empresarial, especialistas ou não, ou mesmo influenciadores midiáticos – acima de quaisquer suspeitas de esquerdismo, como o médico Drauzio Varella¹¹ ou o Ministro de Saúde General Eduardo Pazuello¹² - afirmarem categoricamente que a o Sistema Único de Saúde vem prestando um serviço inestimável no combate à Covid-19.

Não por caso, certamente, em 26 de outubro de 2020, quando se registravam cerca de 158.000 mortes, Jair Messias Bolsonaro exara o Decreto 10.530 que, em poucas linhas e dois artigos, anuncia estudos para a privatização – na *novilíngua* neoliberal chama-se a isso parceria público-privadas - das unidades básicas de saúde do SUS. A reação pública foi tão forte que, como sói no desgoverno atual, dois dias depois, Bolsonaro revoga o decreto (BRASIL, 2020a, b)

Em 18 de agosto de 2020, os jornais da grande mídia empresarial anunciaram, em primeira página: “Após pandemia, Educação deve perder 13% e Saúde, 5%”. E complementam: “Defesa tem corte, mas recursos de área militar superam os do MEC”¹³.

Ora, a própria imprensa empresarial aponta o problema, obviamente, fingindo não ver o seu aspecto estrutural: como é possível, diante dos enormes e novos desafios ao funcionamento das escolas e universidades públicas, se cogitar a redução dos já insuficientes recursos federais à

⁹ Cf. IBGE Educa, 2021. Disponível em <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>, acesso em 18/01/21.

¹⁰ Sobre o hospital, ver o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde do Ministério da Saúde, <http://cnes2.datasus.gov.br/cabecalho_reduzido.asp?VCod_Unidade=3302902283239>, acesso em 05/01/2021. Aliás, Luiz Gonzaga, *Gonzagão – o Rei do Baião*, que teve o seu nome emprestado para designar o hospital público municipal. Algo se poderia articular a partir da trajetória desse grande artista, mas talvez nos levasse para muito longe do cerne de nosso escopo.

¹¹ Cf. Varella (2019 [2020]). No breve artigo, Varella indica que a frase é de Gonçalo Vecina, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, e que a mesma foi proferida antes da irrupção da pandemia.

¹² Cf. Ribeiro (2020).

¹³ Cf. *O Globo*, 18/08/2020, p.01.

educação? Como é possível prosseguir como subfinanciamento ao SUS? Por que o(s) governo(s) segue(m) aumentando as verbas e o poder dos militares?

Naquele momento, a região sul do Brasil encontrava-se sob racionamento do abastecimento de água. O Pantanal matogrossense, a maior planície alagada do planeta, ardia. O bioma amazônico segue sendo devastado pela grilagem e suas queimadas. Mas, segundo a mesma imprensa, o Governo Federal cogitava um corte de 23,5% na pasta responsável pelo ambiente.

Fato é que, o País ingressou em 2021 sem a respectiva lei orçamentária, tendo apenas sido aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)¹⁴, que dá régua e compasso ao futuro orçamento. Digno de nota são os vetos presidenciais, em especial àquelas despesas que não deveriam ser “contingenciadas”, isto é, que deveriam ser efetivadas.

De um lado, as despesas voltadas à Defesa, isto é, às Forças Armadas, foram excluídas de qualquer contingenciamento¹⁵. Enquanto, de outro lado, as despesas voltadas à cultura, ao desenvolvimento científico, combate à pobreza e à violência contra a mulher, à reforma agrária e agricultura familiar, apoio às comunidades indígenas e quilombolas, ao combate às queimadas e à mudança climática estão ao alcance rápido do chamado “contingenciamento de despesas”.

Em pleno recrudescimento da pandemia, também não foram devidamente preservados os recursos ao combate aos efeitos da pandemia da Covid-19, incluídas as despesas com ações vinculadas à produção e disponibilização de vacinas e a imunização da população brasileira (BRASIL, 2020c).

A educação, mesmo com as (supostas?) garantias constitucionais, não ficou intacta diante dos cortes impostos pelo ministro Paulo Guedes. Com efeito, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; as despesas com as ações vinculadas à Educação Infantil; as despesas com as ações vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS); as despesas relacionadas com o Programa Educação Básica de Qualidade; as despesas relacionadas com o Programa Educação Profissional e Tecnológica; e as despesas com as ações de Educação Básica, Profissional e Tecnológica no âmbito do Ministério da Educação são rubricas elegíveis a serem contingenciadas¹⁶.

Em síntese, fica clara qual é a direção e o sentido das políticas públicas federais para 2021: nem mesmo sob a terrível pandemia da Covid-19, o pandemônio neofascista¹⁷ arrefece o seu impulso mortífero.

¹⁴ Cf. BOLSONARO sanciona Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021. In: *Poder 360*, de 31/12/20. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-sanciona-lei-de-diretrizes-orcamentarias-de-2021/>>, acesso em 09/01/21.

¹⁵ Por exemplo, a aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins – Projeto FX-2, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB - e Programa Nuclear da Marinha - PNM, desenvolvimento e aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton. - Projeto KC – 390, implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 e aquisição do blindado Guarani do Exército estão imunes a cortes. Cf. BRASIL, *Lei 14.116, de 31 de dezembro de 2020*. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.116-de-31-de-dezembro-de-2020-297470533>>, acesso em 09/01/21.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Sobre uma caracterização mais completa do governo Bolsonaro, ver Mattos (2020).

O que poderia parecer absurdo, na verdade, é apenas a aceleração do plano de governo do atual presidente da república. Como ele próprio declarou, logo no início de seu mandato em jantar com a direita estadunidense, na residência oficial do embaixador brasileiro em Washington, em 17 de março de 2019:

Eu sempre sonhei em libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda [...]. O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz¹⁸.

A tal declaração, de clareza meridiana sobre os propósitos do governo Bolsonaro, pode e deve ser acrescentada à já famigerada reunião ministerial, de 22 de abril de 2020, tornada pública um mês após ter sido cometida¹⁹. A reunião poderia ser objeto de extensa decupagem, análise de discurso e de conteúdo, mas, seríamos obrigados a ultrapassar em muito o espaço e o escopo deste texto. De qualquer forma, vale ressaltar alguns pontos que se articulam mais intimamente ao que ora se está apresentando²⁰.

O primeiro aspecto é o momento, o contexto no qual se dá a reunião, ou seja, cerca de um mês das primeiras mortes provocadas pela infecção do Sars-CoV-2, quando já se contavam cerca de 3.000 vidas perdidas. É o próprio contexto de início da tragédia pandêmica, portanto, que põe em relevo e revelam as falas ministeriais. As propostas de Paulo Guedes, ministro da economia, em contraposição ao “plano Marshall brasileiro”, de lavra do general Braga Netto, ministro da Casa Civil. A intervenção de Ricardo Salles, ministro do meio-ambiente, e a incômoda posição de Nelson Teich, então e fugaz ministro da saúde.

Ou seja, em vez de uma reunião para lançar as bases do planejamento de combate à pandemia, o que se viu foi uma grotesca, obscena e despudorada exaltação dos pendores autoritários, neoliberais, antiambientais e fascistas do governo de Jair Messias Bolsonaro.

¹⁸ ANTES de construir é preciso 'desconstruir muita coisa' no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA. In: *O Globo*, 18/03/19. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/antes-de-construir-preciso-desconstruir-muita-coisa-no-brasil-diz-bolsonaro-nos-eua-23530792>. Acesso em 18/08/20.

¹⁹ O laudo pericial (LAUDO Nº 1242/2020 - INC/DITEC/PF), com a devida transcrição da reunião, está disponível em http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo_digitalizado.pdf?_ga=2.163083071.2094669250.1610309394-449a6308-8255-ed2b-c341-9892416c62d5, acesso em 11/01/21. Já o vídeo, pode ser assistido em <https://youtu.be/6cg5AAciv4>, acesso em 11/01/20.

²⁰ Nesse sentido, evita-se aqui tratar do móvel que tornou público o evento oficial, a saber, a denúncia de Sérgio Moro à suposta interferência indevida do presidente da república na Polícia Federal, no Rio de Janeiro. Tampouco trataremos dos ataques do então ministro da educação, Abraham Weintraub, ao Supremo Tribunal Federal, ou mesmo suas declarações racistas. Também não iremos fazer maiores menções à ameaça da ministra da Família, Damare Alves, aos governadores e prefeitos que, à época, promoviam algumas medidas sanitárias de contenção mais efetivas. Não trataremos também da sua guerra cultural pelos “valores tradicionais”, a defesa de uma medida provisória sobre *ensino domiciliar*. Evitaremos mencionar a tortura ao idioma, os delírios persecutórios, as mentiras deslavadas, em mesmo as ameaças abertas contra as liberdades democráticas. Sobre a denúncia/traição, que tornou pública a reunião ministerial, ver SERGIO MORO pede demissão do Ministério da Justiça e denuncia interferência política na PF. In: *Portal de Notícias UOL*, 24/04/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/04/24/sergio-moro-pede-demissao-do-ministerio-da-justica-e-denuncia-interferencia-politica-na-pf.htm>, acesso em 11/01/21.

Com relação ao banqueiro Paulo Guedes, neoliberal da Escola de Chicago, *Chicago Boy*²¹, pode-se destacar, de pronto, o ataque fervoroso ao natimorto *Plano Pró-Brasil*, de Braga Netto, anunciado na abertura da reunião:

Voltar uma agenda de trinta anos atrás, que é investimentos públicos financiados pelo governo, isso foi o que a Dilma fez trinta anos. Então tá cheio de gente pensando nessa eleição agora [...]. E todo mundo vem aqui: "vamos crescer, agora temos que crescer, tem que ter a resposta imediata, porque o governo vai gastar". O governo quebrou! O governo quebrou! Em todos os níveis. Prefeitura, governador e governo federal. (Guedes, In: BRASIL, 2020a, p.12²²)

Na verdade, Guedes reafirma o seu credo neoliberal procurando esconjurar qualquer espectro das ideias keynesianas, neodesenvolvimentistas, de intervenção estatal na economia²³ – embora, curiosamente tenha defendido frentes de trabalho, via exército, ao custo de 200 reais, *per capita*²⁴. Ou seja, como se sabe, o que a ideologia neoliberal impõe, na verdade, é:

Que que nós conseguimos fazer? Nós sinalizamos o contrário. Nós desalavancamos banco público, reduzimos endividamento, baixamos juros e o Brasil ia começar a voar. Então se agente lançar agora um plano, é... todo o discurso é conhecido: "acabar com as desigualdades regionais", Marinho, claro, tá lá, são as digitais dele. É bi ... é bonito isso, mas isso é o que o Lula, o que a Dilma tão fazendo há trinta anos. Se a gente quiser acabar igual a Dilma, a gente segue esse caminho.

Cabe ao governo de plantão privatização das empresas estatais, notadamente o Banco do Brasil²⁵, fornecer apoio às grandes empresas, em detrimento das demais:

Nós vamos botar dinheiro, e... vai dar certo e nós vamos ganhar dinheiro. Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas. (Guedes, In: BRASIL, 2020a, p.61)

O discurso ideológico neoliberal segue, particularmente, na defesa da contrarreforma da previdência:

Nós não vamos perder a bússola. Nós sabemos dos valores, sabemos dos princípios, sabemos que que nós tamo defendendo. Nós tamo defendendo liberdade: liberdade econômica, liberdade política. [...] E num ... e num ... e tamos agora no meio dessa confusão, derrubando a última... a última torre do inimigo. Que uma coisa é que nós vamos fazer a reconstrução e a nossa transformação econômica. A outra coisa são as torres do inimigo que a gente tinha que derrubar. Uma era o excesso de gasto na previdência, derrubamos assim que entramos. (Idem, ibidem. Grifos nossos.)

Finalmente, o grande inimigo do governo Bolsonaro – os servidores públicos, que prestam serviço à classe trabalhadora:

Então nós sabemos e é nessa confusão toda, todo mundo tá achando que tão distraído, abraçaram a gente, enrolaram com a gente. Nós já botamo a granada no

²¹ Para um brevíssimo perfil jornalístico de Guedes, ver O LAÇO de Paulo Guedes com os 'Chicago boys' do Chile de Pinochet. In: *El País*, 31/10/18. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html>, acesso em 11/01/21.

²² As palavras estão grafadas, nas citações, tais quais se encontram no documento citado, aqui e doravante.

²³ Cf. LAUDO Nº 1242/2020 - INC/DITEC/PF, pp. 11-14, pp.59-60, 62.

²⁴ Idem, ibidem, p.64

²⁵ Cf. LAUDO Nº 1242/2020 - INC/DITEC/PF, pp. 71-73.

bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário. Era a terceira torre que nós pedimos pra derrubar. Nós vamos derrubar agora, também. (Idem, p.62. Grifos nossos.)

O raciocínio de Guedes, se completa, com grande clareza: destruída a previdência, destruído o serviço público, o governo Bolsonaro terá prestado um grande serviço à burguesia e, portanto, estará imune a eventuais pedidos de *impeachment*²⁶:

Isso vai nos dar tranquilidade de ir até o final. Não tem jeito de fazer um impeachment se a gente tiver com as contas arrumadas, tudo em dia. Acabou! Não tem jeito. Não tem jeito. (Guedes, In: BRASIL, 2020a, p.62)

Deixemos Guedes de lado, por pouco tempo, e passemos ao segundo aspecto: a *boiada do Salles*, ou, poderíamos dizer, como aproveitar uma tragédia sanitária para melhorar o ambiente – de negócios. Salles, com visão estratégica, indica o caminho:

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. (Salles In: BRASIL, 2020a, p.20),

Do patrimônio cultural ao patrimônio ambiental, nada deve ficar preservado da sanha capitalista de cariz neoliberal. Mais adiante, Paulo Guedes, o mais loquaz dos ministros presentes, arremata:

Eu recebi o embaixador dos Estados Unidos e ele veio conversar conosco. E a mensagem maior dele era uma só. Assim olha: "nós queremos um bom ambiente de negócios. Nós vamos colocar centena de bilhões de dólares aqui. O mundo inteiro quer investir no Brasil. Agora, nós precisamos de um bom ambiente de negócios" (Idem, ibidem., p.66)

Sim, de fato, o poder executivo do Estado moderno é, de fato, o comitê gestor dos negócios de toda a burguesia, sem nunca esquecer que o Brasil é um semiperiferia do capitalismo ou, se preferir, uma economia dependente, sob domínio do imperialismo.

Uma reunião que deveria marcar o início organizado de combate à pandemia da Covid-19, serve para, entre outros aspectos, a organizar a guerra de classes contra a classe trabalhadora e o patrimônio nacional – em seus múltiplos aspectos.

Mas e a saúde? Como é sabido, até aquele momento, o governo de Bolsonaro havia nomeado o seu segundo ministro da saúde, posto que o primeiro se recusara a perseguir deliberadamente a política pró-pandemia indicada pelo presidente da república. Nelson Teich – o

²⁶ Desde fevereiro de 2019, já foram protocolados 61 pedidos de abertura de processo de impeachment de Bolsonaro, todos devidamente engavetados pelo ainda presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Cf. 'PLACAR do impeachment' de Bolsonaro ganha força; 148 deputados se posicionaram. In: Correio Braziliense, 17/01/21. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/01/4900906-placar-do-impeachment-de-bolsonaro-ganha-forca-148-deputados-se-posicionaram.html>>, acesso em 18/01/21.

ex-médico, empresário e consultor de negócios da saúde²⁷ - tomou posse em 17 de abril e deixou o ministério, pelos mesmos motivos de seu antecessor, em 15 de maio.

A intervenção de Teich, na reunião, chega a ser comovente. Desde logo, o consultor de negócios em saúde tenta mostrar aos seus interlocutores a necessidade de priorizar o combate à pandemia a fim de se preservar a economia e, portanto, de preservação dos lucros.

Alô. Bom, eu tô chegando aqui então é importante que eu ... que eu coloque pra vocês como é que a gente vai trabalhar, né? É... a saúde ela é fundamental, porque enquanto a gente não mostrar pra a sociedade que a gente tem o controle da doença, da saída dela, qualquer tentativa econômica vai ser ruim, porque o medo vai impedir que você trate a economia como uma prioridade. Então controlar a doença hoje é fundamental. (Teich In: BRASIL, 2020a, p.32)

Não sendo interrompido, Nelson Teich segue sua fala, passando agora às questões mais relevantes, no que tange o combate à pandemia:

E controlar a doença não significa que a gente vai curar a doença em uma semana, mas que a gente não é um barco a deriva e que a gente tem uma estratégia pra trabalhar essa a doença, né? Então são três coisas que a gente vai trabalhar. Primeiro a informação, pra entender o que que é a doença, qual é a evolução dela, como é que tá infraestrutura pra cuidar da doença, porque [...] um dos grandes problemas que a gente tem hoje, se a gente olhar o Brasil hoje, ele é um dos melhores países em número em relação a mortalidade. O que assusta é você ver que o hospital não consegue atender, é gente do frigorífico, é gente que tá abrindo cova em algum lugar pra enterrar, e isso traz medo. E o medo impede que qualquer outra atividade tenha sucesso. Porque enquanto isso não for sanado, o restante vai ter muito pouca chance de ser comprado pela sociedade. A segunda coisa é estruturar a operação de cuidado. Então a gente vai investir em logística, vai investir na parte de compra e tentar melhorar o processo. (Idem, ibidem.)

A partir deste ponto, Teich vai sendo interrompido, principalmente, por Braga Netto, e praticamente não consegue concluir a sumária apresentação de seu plano, embora siga colocando problemas centrais da saúde pública brasileira, como o sucateamento do SUS. O tema da reunião, finalmente, migra, novamente, para o que, de fato interessa: as privatizações/concessões, ou seja, o ambiente de negócios.

Observadas as expressões faciais do ministro Teich, durante a reunião ministerial, era quase possível prever o que se daria. Menos de 30 dias após assumir o ministério da saúde, Nelson Teich deixa a pasta, em 15 de maio. Em seu lugar, assume interinamente o general Eduardo Pazuello, que só será efetivado no cargo em 02 de junho de 2020. Combater a pandemia e suas consequências sociais não estava nos planos governamentais.

O VÍRUS DO CAPITAL²⁸

A pandemia da Covid-19, ainda em curso, é resultado das incontornáveis contradições do desenvolvimento das forças produtivas que colidem violentamente contra o seu invólucro – as

²⁷ As informações autodeclaradas podem ser acessadas em seu perfil no portal *LinkedIn* <<https://br.linkedin.com/in/nelson-teich-31b25b3a?challengeId=AQFeEoxq-1AJvAAAAXb3OGsoi96Bh1zPLSWFUmD0x1FL75QmlpGZVV3RCTHkptl9DYzQJ2rlyh2qdzqNv-jX-9SGVFSelYoa-g&submissionId=64a0e190-c885-5916-ea69-cf8b71580821>>, acesso em 12/01/21.

²⁸ Indicamos a leitura do dossiê *Capitalismo, meio-ambiente e pandemias*, organizado por Waldo Mermestein para o portal de notícias *Esquerda Online*, entre 05/05/20 e 11/08/20. O dossiê é composto por 23 textos “cobrindo alguns

relações sociais de produção capitalistas. O avanço “produtivo” sobre biomas até então relativamente preservados, seja para a monocultura animal em massa (notadamente suínos, especialmente na China), seja para a extração de madeira e minerais, cujos produtos são armazenados, transportados e consumidos em massa, por todo o planeta, alargou e aprofundou de forma inaudita a “falha metabólica” da relação da humanidade com a natureza²⁹.

Faz, portanto, todo sentido que a atual pandemia tenha irrompido em território chinês, justamente onde o desenvolvimento das forças produtivas vem se dando de forma vertiginosa, envolvendo massas continentais de capitais e de trabalhadores. Com efeito, em novembro de 2020, o governo chinês informou oficialmente ao mundo que erradicou a pobreza extrema, após ter retirado desta condição 93 milhões de pessoas, entre 2013 e 2020³⁰.

Não por acaso, portanto, a China aumenta quase que permanentemente as importações de produtos primários do Brasil:

A China é novamente destaque nas aquisições de produtos do agronegócio brasileiro no mês de agosto de 2020. As aquisições do país asiático subiram de US\$ 2,09 bilhões em agosto de 2019 para US\$ 2,73 bilhões em agosto de 2020, o que significou uma expansão de 30,6% entre os períodos analisados. (Brasil 2020b, Balança comercial do agronegócio, agosto, 2020b, p.03)³¹

Na cesta de exportação do agronegócio brasileiro para a China, os dez primeiros produtos mais exportados destacam-se os alimentos – diretamente a humanos ou para ração animal -, a saber, Os dez principais produtos exportados pelo agronegócio brasileiro foram: soja em grãos (24,8% de participação no valor exportado); milho (11,8% de participação); açúcar de cana em bruto (9,3% de participação); carne bovina *in natura* (7,3% de participação); farelo de soja (5,6% de participação); carne de frango *in natura* (5,3% de participação) (Brasil, idem, ibidem).

Temos que nos lembrar do choque que tivemos quando soubemos que tinha surgido outro vírus SARS a partir dos refúgios animais e que, em oito semanas, se tinha espalhado pelo planeta. O vírus apareceu num terminal de uma linha regional de oferta de comida exótica, criando com sucesso uma cadeia de contaminação de ser humano para ser humano, em Wuhan, na China. A partir daqui, a pandemia difundiu-se localmente e espalhou-se por aviões e comboios, chegando a todo o mundo através de uma rede estrutural de conexões por viagens e segundo uma hierarquia de grandes para pequenas cidades. (WALLACE et al., 2020, s.p.)

dos fundamentos das posições ecossocialistas, as relações com a atual pandemia da Covid-19, os debates sobre o período geológico em que vivemos (antropoceno x capitaloceno) e a relação do marxismo com a defesa do meio ambiente, bem como diferentes apreciações sobre o estado da emergência pela que passamos e as propostas de reestruturação sistêmica social, política, econômica e ambiental necessárias, como a que se denomina o *Green New Deal*.” (Mermestein, 2020). Dentre os autores que participam do dossiê destacamos Eduardo de Sá Barreto, John Bellamy Foster, Michael Löwy, Rob Wallace, Luis Fernando Chaves e Rodrick Wallace. Disponível em <<https://esquerdaonline.com.br/2020/08/11/sintese-do-especial-capitalismo-meio-ambiente-e-pandemias/>>, acesso em 10/01/21>.

²⁹ Sobre a falha metabólica, ver Foster (2020), ou ainda Foster (2005)

³⁰ Cf. CHINA anuncia erradicação da pobreza extrema nos últimos condados do país. In: O Globo, 24/11/20. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/china-anuncia-erradicacao-da-pobreza-extrema-nos-ultimos-condados-do-pais-24762469>>, acesso em 12/01/21.

³¹ Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-somam-quase-us-9-bilhoes-em-agosto/NotaaimprensaAgosto2020.pdf>>, acesso em 12/01/21.

Fluxos massivos de mercadorias, de turismo e de negócios sobrevoam continentes, navegam pelos oceanos, dia e noite. Fluxos de capital, de patógenos, mais ou menos mortais também. Vírus e capital são vampiros, como já havia apontado Karl Marx sobre este último, ou seja, seres não-vivos que só se reproduzem se alimentando do sangue vivo dos trabalhadores. Na abissal *falha metabólica* promovida pelo vertiginoso crescimento das forças produtivas,

Os eco-sistemas em que estes vírus “selvagens” estavam em alguma medida controlados pelas complexidades da floresta tropical são dramaticamente destruídos pela desflorestação dirigida pelo capital e, no outro lado do desenvolvimento periurbano, pelos défices na saúde e sanidade pública. Enquanto muitos patógenos morrem nas espécies hospedeiras, um subconjunto de infeções que anteriormente desapareciam muito depressa na floresta, quanto mais não fosse pela taxa irregular de encontros com as espécies tipicamente hospedeiras, propaga-se agora entre populações humanas cuja suscetibilidade à infeção é agravada pelos programas de austeridade e pela regulação corrompida. Mesmo perante vacinas eficazes, os surtos que daqui resultam são caracterizados por maior extensão, duração e velocidade. O que antes eram impactos locais são agora epidemias que se propagam pelas redes globais de viagens e comércio. (Idem, *ibidem*.)

Mas a pandemia do Sars-CoV-2 não inaugurou a crise, nem a miséria em nosso país, nem mesmo no mundo. Infelizmente o quadro infernal é muito mais amplo e complexo e, portanto, para compreendê-lo, na perspectiva de sua superação, é preciso recuar e abrir um pouco mais o campo de visão.

Marx demonstrou, principalmente em sua obra magna *O Capital* (MARX, 2013), cujo primeiro volume foi publicado em 1867, que o capitalismo inevitavelmente entra em crise periódica e sucessivamente – fruto mesmo de suas virtudes – que tendem a se aprofundar cada vez mais, obviamente, se nenhuma política contratendencial for acionada pelos próprios capitalistas e pelos seus prepostos, via Estado.

Aliás, a crise em si mesma é uma forma de solucionar os problemas de hiperacumulação/superprodução/subconsumo. Assim foi e assim tem sido, rotineiramente, mesmo durante a vigência do pacto fordista-keynesiano, bastante restrito no tempo, muito desigualmente distribuído no espaço e entre a classe trabalhadora.

O Brasil, país de origem colonial, pertencente à semiperiferia do capital, portanto, subordinado aos centros mais dinâmicos da acumulação, vem sofrendo nos últimos anos de taxas ridiculamente baixas de crescimento econômico geral, mas com absurdamente altas taxas de lucratividade em determinados setores, notadamente o setor bancário/financeiro, por um lado, e, por outro lado, taxas crescentes de desemprego, precarização das relações de trabalho, redução drástica e rápida de direitos sociais, notadamente após o golpe institucional de 2016³², com obscena concentração de renda nas camadas superiores da burguesia.

A contrarreforma trabalhista cometida durante o governo de Michel Temer, assim com a Emenda Constitucional 95 – que os movimentos organizados da classe trabalhadora denunciaram à época como a “PEC do fim do mundo” – que institui a crescente e permanente redução dos investimentos sociais, e a contrarreforma previdenciária, esta já sob a ordem unida de Jair Bolsonaro, são os mais duros ataques às condições de vida-trabalho da classe trabalhadora no

³² Sobre o golpe, ver Mattos (2020) e Demier (2017).

Brasil, sob a alegação/ameaça de que seria preciso escolher entre o emprego e os direitos trabalhistas. Falsificação. Em, 11 de janeiro de 2021, os sites de notícias dispararam manchetes, como esta:

Ford encerra a produção de veículos no Brasil

Serão fechadas as fábricas de Camaçari (BA), Taubaté (SP) e a da Troller, em Horizonte (CE). A marca vai continuar vendendo carros no Brasil, mas apenas modelos importados.³³

No mesmo dia, o mesmo veículo, outra manchete, a mesma consequência – mais 5.000 desempregados:

BBanuncia programa de demissão voluntária para 5 mil funcionários

Foi anunciado ainda o fechamento de 361 unidades, sendo que 112 são agências do banco.³⁴

A saída da Ford, que iniciara a sua produção no Brasil, em 1919, na verdade, aprofunda o processo de desindustrialização da economia nacional, talvez acelerada pelos efeitos da pandemia e do pandemônio. Poucos dias antes, um portal de notícias alemão, estampou:

Mercedes-Benz deixa de produzir carros no Brasil

Crise econômica e pandemia provocam queda nas vendas e levam montadora alemã a fechar fábrica em São Paulo. Decisão também faz parte de reorganização global para focar em veículos elétricos.³⁵

Para finalizar a sequência infernal de manchetes:

Sony vai fechar fábrica em Manaus em 2021 e deixará de vender eletrônicos no Brasil

Demais operações do grupo continuam, como games, soluções profissionais, música e cinema.³⁶

Mas, os frios números dos índices da chamada “riqueza nacional” (Produto Interno Bruto, PIB) vêm decaindo desde 2010, sendo que, a partir de meados de 2014, há uma contração do PIB por dois anos consecutivos: cerca de - 3,5% em 2015 e - 3,3% em 2016. Do segundo semestre de 2017 até agora, a taxa do PIB está pouco acima de zero³⁷. As expectativas para este ano de 2021, é que se consolide a pior recessão do país, em toda a sua história. Com relação ao desemprego aberto, as taxas vêm crescendo de forma consistente, desde o primeiro trimestre de 2015 – 7,9% - explodindo em 14,3%. Em números sintéticos, o IBGE nos informa, em novembro de 2020, havia

³³ Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/11/ford-fecha-fabricas-e-encerra-producao-no-brasil-em-2021.ghtml>>, acesso em 13/01/21.

³⁴ Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/11/bb-anuncia-pdv-para-5-mil-funcionarios.ghtml>>, acesso em 13/01/21.

³⁵ Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/mercedes-benz-deixa-de-produzir-carros-no-brasil/a-55978716>>, acesso em 13/01/21.

³⁶ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/sony-vai-fechar-fabrica-em-manaus-em-2021-e-deixara-de-vender-eletronicos-no-brasil.shtml>>, acesso em 13/01/21.

³⁷ Cf. IBGE. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Consultado em 09/08/2020.

15,3 milhões de “desocupados” e 5,9 milhões de “desalentados”, o que significa que cerca de 30% da população economicamente ativa brasileira está “subutilizada”³⁸.

As consequências, a curto e longo prazo, podem ser vistas a olho nu nas ruas, nas favelas, nas periferias, nas filas da Caixa Econômica Federal, em busca do auxílio emergencial, cujo valor é cerca de 60% do salário-mínimo, que se encerrou em 31 de dezembro de 2020.

Mas, por que a Ford, e outras grandes empresas, estão deixando o Brasil?

Nos parece que a reestruturação produtiva permanente é um processo inevitável para as grandes e históricas fabricas automotivas nos marcos do capitalismo neoliberal ultracompetitivo, mas a desindustrialização do Brasil é um processo que poderia ser evitado, se não fosse o desastroso governo Bolsonaro. (JORDÃO, 2021, s/p.³⁹)

Além do aspecto (semi)conjuntural do aumento da insegurança por parte dos trabalhadores (eventuais consumidores de automóveis), na análise de Gilbran Jordão,

o governo brasileiro aplica uma política de desindustrialização radical, priorizando a exportação de produtos de baixo valor agregado como minérios e soja. Com o fim do Ministério da Indústria, conseqüentemente a falta de um plano específico de incentivo à indústria e com a absurda alta do dólar, a indústria vai participar cada vez menos do PIB nacional. Isso porque boa parte das peças e tecnologias são importadas para a fabricação de automóveis no Brasil, que estão a preços impraticáveis com a desvalorização do real frente ao dólar.

Somado a isso, também estamos vendo o desmonte e venda do setor industrial estatal, sobre o qual o governo vai jogando na lata do lixo qualquer possibilidade de alavancar a produção de bens de alto valor agregado para potencializar a economia brasileira. O plano é desfigurar o Brasil, transformando toda a sua biodiversidade num grande campo de produção de soja e minério baratos para exportação, ao mesmo tempo em que se intensifica a dependência pela alta tecnologia produzida fora do país. (Idem, ibidem).

Estamos em pleno período de hiperneoliberalismo, no qual do binômio ideal schumpeteriano de “destruição criativa”, sobra apenas o primeiro termo, e que o banqueiro Paulo Guedes é o seu pastor e Rodrigo Maia, ainda presidente da Câmara dos Deputados, um de seus mais importantes acólitos.

O processo de desindustrialização no Brasil, em áreas já urbanizadas, além de aumentar o desemprego, se articula com a ampliação das fronteiras agrícolas, isto é, da destruição ambiental, para a expansão do agronegócio, notadamente, a monocultura da soja (com destaque para cerrado) e criação extensiva de gado bovino (com destaque para a floresta amazônica). Daí o interesse burguês de avanço das desregulamentações, em todos os campos de atividades econômicas, sintetizados na obscena fala de Ricardo Salles: “vamos passar a boiada”.

O processo de destruição ambiental, por sua vez, ampliando a falha metabólica, os desequilíbrios ecológicos, abre a possibilidade de saltos interespecíficos, de vírus animais para humanos, como foram os casos, do *Zaire ebolavirus*, do Mers-CoV, do Sars-CoV e do Sars-CoV-

³⁸ Cf. IBGE, <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Consultado em 18/01/21. IBGE PNAD COVID-19. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>, acesso em 18/01/21.

³⁹ Publicado no portal de notícias *Esquerda Online*, disponível em <<https://esquerdaonline.com.br/2021/01/12/por-que-a-ford-esta-fechando-fabricas-no-brasil/>>, acesso em 13/01/21.

2. Não é, portanto, improvável, que do desflorestamento nacional emergja uma nova pandemia mundial.

A burguesia espolia, expropria, explora, destrói, desmata, mata. Os patógenos seguem seus passos e dizimam as parcelas mais vulneráveis da classe trabalhadora, aqui no Brasil, negras e negros, pobres, desempregados, empregados precarizados, com baixa escolaridade, mal alimentados, moradores de comunidades faveladas, sem tratamento de esgoto, quase sempre sem água encanada, apertados em imóveis muito, muito pequenos e sem ventilação.

O chamado Sistema Único de Saúde, sempre sob ameaça de desmonte, subfinanciado e em boa parte terceirizado (isto é, privatizado) não é capaz de atender à demanda regular, muito menos no contexto de uma nova doença mortal que se continua a se espalhar rapidamente.

Burgueses e camadas médias obviamente também sucumbem ao vírus e frequentemente à morte pela Covid-19. Contudo, os trabalhadores mais explorados, com menos direitos são as maiores vítimas. Há uma gestão classista e racista da pandemia. Um verdadeiro genocídio está em curso, nas periferias e nas aldeias de nossos povos originários. Ou seja, no Brasil, em 2020, o terror e a miséria campearam. 2021 iniciou-se sob o mesmo signo.

A EDUCAÇÃO NÃO CABE NO CELULAR: IRROMPEM AS CONTRADIÇÕES

O quadro sombrio apresentado acima é a expressão de, como na luta de classes, a burguesia se reorganizou no Brasil para sufocar respostas à crise do neoliberalismo, cujas promessas e ações fracassaram. Uma nova e mais profunda ofensiva do capital ao trabalho está em curso. Nancy Fraser (2019) denominou as últimas tentativas de recomposição da hegemonia burguesa, a partir do colapso do neoliberalismo, como “neoliberalismo progressista” (ou de cooptação) e, em seguida, como “populismo reacionário”. Esta última forma do neoliberalismo, acentuado em sua face anticientífica, misógina, xenófoba, racista e autoritária teve lugar em vários países, como EUA e Brasil, desde 2016, e significou a radicalização dos pressupostos neoliberais.

Quando fomos assolados pela pandemia no Brasil, já enfrentávamos duros ataques à educação pública, sem dúvida, as maiores tentativas de desmonte da estrutura existente e de ataque aos trabalhadores da educação e de seus processos de trabalho e de sua relativa autonomia. Esse duplo e combinado ataque, o do neofascismo, como denominou Mattos (2020), sobre a educação e a cultura e o da voracidade do capital (antes e) sob a pandemia, através das megacorporações, em avançar sobre o caráter público, a educação presencial e o controle do trabalho pedagógico resultam em quadro de mercantilização da educação sem precedentes. O crescimento do Ensino a Distância (EaD) foi exponencial no mundo todo no contexto pandêmico, e, no Brasil, poderá açambarcar de forma desigual e combinada o que resiste na educação pública e a forma singular da *mercadoria-educação*⁴⁰ financeirizada a depender de como as aulas forem retomadas na maioria das redes educacionais do país.

Se a Universidade Aberta do Brasil⁴¹ é um marco no processo de subsunção da educação ao Capital, através da ampliação da oferta de EaD no setor público⁴², os processos de transferência

⁴⁰ Sobre as noções de *mercadoria-educação* e *mercadoria-educação*, ver Rodrigues (2007).

⁴¹ Criada, em 2006, através do Decreto nº 5.800/2006.

⁴² Sobre a expansão das matrículas em EaD através da Universidade Aberta do Brasil nos governos Lula (2003/ 2010) e Dilma (2011/ 2014), do Partido dos Trabalhadores, ver MANDELI (2014).

de vultosos recursos públicos à iniciativa privada para financiamento de matrículas, pelo menos até 2014, circunscreveram ainda mais as políticas para a Educação Superior às determinações de mercado.

A significativa diminuição da transferência do fundo público às empresas privadas de educação, principalmente através da redução de recursos dos programas de financiamentos estudantis, o chamado Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), representou *terra e agrotóxicos* para a expansão da mercantilização da educação em sua forma mais estéril, a do EaD.

Quando houve a necessária suspensão das atividades presenciais nas escolas de Educação Básica e Educação Superior, em março de 2020, em defesa da vida de trabalhadores e trabalhadoras e estudantes e os familiares em razão da disseminação do coronavírus, mais uma vez a lente burguesa viu oportunidade na desgraça que se abateu, com pesos diferentes, sobre as classes sociais. O processo há tempos em curso de objetivação e heteronomia na educação ganharam novas justificativas e foram apresentadas como saídas unilaterais à substituição das aulas presenciais.

O problema da suspensão das atividades de ensino regulares atingiu a todo o país. Redes federal, municipais, estaduais, públicas e privadas trataram a questão de formas bastante desiguais e até com certo improviso inicialmente. O levantamento feito pelo Colemarx (2020), ao final do mês de abril, mapeou ações de redes públicas por estados no contexto da pandemia tais como: entrega de materiais impressos aos estudantes, transmissão ao vivo de aulas pela internet, disponibilização de conteúdos por meio de canal de TV aberta ou de plataformas digitais como Google Classroom e Rede Escola Digital.⁴³

A tentativa de externalização de processos de ensino ao espaço doméstico jamais poderia se dar sem obstáculos das mais diversas ordens. Em um país que a maior parte população vive sob as miseráveis condições de moradia, renda e trabalho, a educação básica deixou de fazer parte da vida de muitas crianças e adolescentes e de suas famílias.

A explicitação das insalubres condições de vida da maioria da classe trabalhadora no país foi incontornável no debate midiático, político e científico desde o início da pandemia. Como um país entre as dez maiores economias mundiais, assim posicionado até o início de 2020, pode ter 37,2% dos lares com ausência de pelo menos um serviço de saneamento básico? Dados da PNAD (2018) demonstram que em 10% dos domicílios há ausência de coleta direta ou indireta de lixo, em 15% ausência de abastecimento de água (25% entre os mais pobres) e em 35,7% de ausência de esgotamento sanitário.

Dramáticas matérias na mídia comercial apontaram para o vazio deixado às vidas de estudantes das mais diferentes faixas etárias com a suspensão das aulas, de crianças sem acesso à merenda escolar, e sem que governos garantissem assistência remota da alimentação⁴⁴, às famílias

⁴³Vale destacar que a plataforma Rede Escola Digital, desenvolvida por Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini, já estava sendo utilizado pela maioria dos estados brasileiros como Amazonas, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amapá, Pará, Rondônia e Acre.

⁴⁴ Por Chico Regueira, G1, O GLOBO, 06/05/2020: Alunos de Duque de Caxias, RJ, aguardam auxílio prometido pela prefeitura há dois meses. Ajuda de R\$ 50 é uma substituição da merenda escolar. Cerca de 70 mil alunos ainda não tiveram acesso ao dinheiro. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/06/alunos-de-duque-de-caxias-rj-aguardam-auxilio-prometido-pela-prefeitura-ha-dois-meses.ghtml>>, acesso em 14/01/21.

que buscaram toda sorte de apoios e de estratégias para acessarem os conteúdos escolares fornecidos pelas escolas e foram malsucedidos.

A matéria *Analfabeta, mãe desiste de pegar material da escola do filho em BH por não poder ajudá-lo* descreve a realidade de uma família do Morro do Papagaio, na capital mineira:

Letícia de Souza da Silva, moradora da favela do Morro do Papagaio, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, desistiu de pegar o material didático fornecido pela escola de um dos seus nove filhos. Por não saber ler e escrever, não há como ela ajudá-lo nas tarefas⁴⁵

A mãe buscou o material pedagógico oferecido pela Escola Municipal Benjamin Jacob, mas não conseguiu orientar o filho nas atividades propostas. A matéria entrevista ainda mais duas mulheres, duas mães, que também sem acesso à internet em suas casas, avaliam positivamente a distribuição de material impresso pelas escolas aos seus filhos.

Poderíamos dissertar sobre a *dualidade estrutural da educação*⁴⁶ no Brasil, mas preferimos sintetizá-la nas orações: a educação para Letícia e seu filho não cabe em um celular simplesmente porque não possuem sequer um celular.

As investidas ao retorno presencial às aulas, ou ações chamadas híbridas, isto é, de tentativa de conciliação entre atividades remotas e presenciais, nas redes públicas e privadas do país, encontraram forte resistência da comunidade científica, acadêmica e de entidades sindicais da educação.

Na Educação Superior o quadro foi diverso nas universidades públicas e instituições privadas. Na rede privada as aulas foram mantidas em formato remoto, com inúmeras denúncias de demissões de trabalhadores e de intensificação do trabalho docente e de processos de reestruturação acelerados e profundos. A Kroton, maior grupo empresarial educacional do país, que passou a ser Cogna Educacional, anunciou a substituição da maioria dos cursos presenciais por cursos na modalidade EaD no contexto da pandemia:

Após apurar um prejuízo de quase R\$ 500 milhões no primeiro semestre, vindo principalmente do seu negócio de ensino superior presencial, a Cogna anunciou uma profunda reestruturação. O maior grupo educacional do país vai reduzir o tamanho da graduação presencial, que hoje conta com 59 cursos e passará a ter cerca de 15. Permanecerão aqueles com mensalidade maior como, por exemplo, medicina, odontologia, veterinária, direito, oferecidos por instituições de ensino do grupo com posicionamento mais alto. As demais áreas ficarão concentradas em cursos digitais⁴⁷.

Com todas as letras, o acabamento do processo de objetivação da Educação Superior é atribuído pelo presidente do grupo à significativa redução no acesso ao Fundo Público através das políticas federais de financiamento, que gozou de fartas verbas até 2014, e ao contexto da suspensão das aulas na pandemia:

⁴⁵Thais Pimentel, *G1 Minas*, 19/06/2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/19/analfabeta-mae-desiste-de-pegar-material-da-escola-do-filho-em-bh-por-nao-poder-ajuda-lo.ghtml>>, acesso em 14/01/21.

⁴⁶Sobre a noção de *dualidade educacional*, ver CAMPELLO (2008).

⁴⁷Por Beth Koike, *Valor PRO*. São Paulo, 24/08/2020. Disponível em <<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/08/24/cogna-vai-reduzir-graduacao-presencial.ghtml>>, acesso em 14/01/21.

“Nossa estrutura era para um cenário com Fies e sem covid. Hoje, não temos Fies e temos covid”, disse Rodrigo Galindo, presidente da Cogna, referindo-se ao programa de financiamento estudantil do governo federal, que ficou mais restrito nos últimos anos. O grupo pretende fechar e integrar unidades da Kroton - sua divisão de ensino superior -, reposicionar marcas, além de rever o portfólio de cursos. “Essa é a nossa maior e mais impactante mudança no segmento de ensino superior”, acrescentou. A Kroton tem 292 mil alunos matriculados no ensino presencial e 552 mil no ensino a distância⁴⁸.

Nas Instituições Federais de Ensino, no segundo semestre de 2020, a ampla maioria retomou as atividades de ensino de forma remota, enquanto as de administração, pesquisa e extensão, em sua maioria, não foram interrompidas. Em setembro, tínhamos notícias através de nosso sindicato nacional, o ANDES-SN, de que cerca de 53 das 69 universidades estavam em trabalho remoto com atividades de ensino e que apenas 6 institutos federais de educação tecnológica estavam com atividades suspensas de um total de 41. De acordo com a Agência Brasil, dados do portal *Coronavírus - Monitoramento das Instituições de Ensino*⁴⁹, do MEC, informavam que em outubro “66 das 69 universidades federais estavam oferecendo aulas a distância para os estudantes” e o acesso em dezembro indica que a totalidade de instituições está oferecendo aulas remotas.

Por um lado, frações burguesas beneficiaram-se da venda de serviços, plataformas, materiais e cursos ao Estado brasileiro no contexto de excepcionalidade da pandemia e, por outro lado, outras frações também burguesas e de classe média buscaram a reabertura das escolas, sejam os proprietários de empresas educacionais atingidos pela oscilação de pagamentos de mensalidades, sejam os defensores da retomada da economia e da circulação irrestrita de pessoas, como o próprio governo federal, em geral, e o Ministério da Educação (MEC), em particular.

Ao contrário de um plano de fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura das universidades brasileiras para, primeiramente, promover a implantação do trabalho remoto, e, em seguida, para a transição do trabalho remoto ao presencial, o MEC seguiu em ataque ao tripé da universidade e ao seu caráter público e à sua autonomia constitucional e em plena pandemia, encaminhou a 4ª versão do projeto de lei *Future-se* à Câmara dos Deputados⁵⁰, promoveu o desmonte das instituições com cortes de verbas, de financiamento e de bolsas de pesquisas, ações realizadas à medida que crescia o número de interventores nas reitorias das Instituições Federais de Ensino (IFES).

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/maioria-das-universidades-federais-retoma-aulas-remotas-apos-suspensao>>, acesso em 14/01/21.

⁵⁰ Cf. CÂMARA dos Deputados. Projeto de Lei 3076/2020. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>>, acesso em 18/01/21.

Ao final de 2020 chegamos a mais um inacreditável recorde, o de 19 IFES sob intervenção do MEC⁵¹, que não nomeou os primeiros colocados das eleições. Duas portarias ministeriais⁵², ao final de 2020, almejavam arrematar a autonomia das instituições impondo o retorno às aulas presenciais.

Sem dúvida, o início de um novo ano recoloca a retomada autoritária de atividades presenciais de massa na educação, em meio a uma nova e maior onda de contaminações e óbitos causados pela Covid-19, além daqueles notificados apenas como Síndrome Respiratória Aguda Grave⁵³. Em um país que não garantiu políticas de proteção social para um isolamento social efetivo, após os três primeiros meses de pandemia não eram muitos os setores da vida econômica social que contestavam a ideologia de uma “nova normalidade” como a Educação e a Saúde.

Portanto, pensar a educação, no contexto da pandemia, não é tarefa simples, tampouco individual, exige considerar muitos aspectos do problema e pressões de diversos campos como tentamos apontar. Dados os nossos limites, trataremos a seguir dos aspectos que dizem respeito a como a política de urgência através de Educação a Distância, aulas remotas ou nomenclaturas similares apontam para a subsunção da educação ao Capital, em especial da subsunção do trabalho docente e da produção de conhecimento para formas heterônomas.

A TECNOLOGIA DIGITAL A SERVIÇO DO CAPITAL E A HETERONOMIA DOCENTE

Pretendemos, a partir da crítica à economia política da educação burguesa, ou seja, da compreensão crítica das relações sociais subsumidas ao capital, apontar alguns aspectos gerais das experiências realizadas no campo da educação, em especial nas universidades públicas.

Os pacotes de tecnologia para a realização de atividades educacionais receberam diferentes nomes com o objetivo de diferenciar-se da chamada Educação a Distância⁵⁴, que possui regulamentação própria e já encontrava fortes resistências à sua implementação nas universidades públicas e em entidades sindicais docentes e de trabalhadores da educação⁵⁵.

⁵¹ A saber: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal Sergipe (UFS), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e Universidade Federal de Itajubá (Unifei).

⁵² Portaria nº 1030, em 01/12/2020, disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.030-de-1-de-dezembro-de-2020-291532789>>, acesso em 18/01/21; e Portaria nº 1038, em 07/12/2020, disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534>>, acesso em 18/01/21.

⁵³ Ver seções anteriores, deste texto.

⁵⁴ A Educação a Distância é uma modalidade de ensino, regulamentada pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta a Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Optamos pela nomenclatura Ensino a Distância, ao longo do texto, por entender que os princípios, metodologia e efeitos dessa técnica de ensino não permitem uma relação multilateral do processo de ensino de aprendizagem, mais amplo que o processo o qual denominamos de *Educação*.

⁵⁵ Ver a esse respeito os debates acumulados pelo ANDES-SN (2020a, b) nas cartilhas *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta*, especialmente os volumes III e IV.

Indubitavelmente, a destinação que as diversas investidas do capital na educação têm é a de conversão da educação como direito social em mercadoria. Isto pode ocorrer, por um lado, de forma imediata, ou seja, a da venda de produtos para a realização do processo formativo e/ou este último mesmo ser o produto adquirido na forma de boletos ou dívidas. De outro lado, a mercantilização da educação pode se dar de forma indireta, como de *direção ético-política*, quando a burguesia através dos aparelhos privados de hegemonia ambiciona o controle financeiro do fundo público associado ao controle da concepção e execução do conjunto do processo de formação cultural da classe trabalhadora. Em poucas palavras, este processo pretende conter as críticas e reivindicações populares e colocar sob o seu controle a formação da força de trabalho.

O EaD integra o projeto do Capital para a educação e é o seu horizonte. Mas, a sua expansão, como tratamos, ocorre como *modalidade* de educação, mas também como *modelo*. Diante disso, podemos supor que a pandemia tem sido um colossal laboratório de experiências para transformações profundas no futuro de curto prazo da educação em geral, muitas já testadas na educação privada.

Os interesses mercantis relacionados ao EaD - de barateamento do produto oferecido, a mercadoria-educação, de subsunção do trabalho docente ao capital e aumento da mais-valia absoluta e relativa no setor - mostram-se como a salvação de empresas educacionais, concentradas em oligopólios, após a queda vertiginosa de arrecadação de recursos públicos através do PROUNI e da crise econômica e sanitária, ao longo de 2020.

Cabe aqui uma digressão sobre o empuxo à *infoproletarização*⁵⁶, ou seja, sobre o crescimento do número de trabalhadores que dependem do maquinário digital para trabalhar. Este fenômeno em curso na sociedade contemporânea, em escala global, configurou-se como a forma mais avançada de precarização do trabalho, de retirada de direitos sociais e trabalhistas e de desmonte de respostas coletivas aos problemas da vida social. Não se trata, portanto, de (má) sorte apenas da educação.

Ricardo Antunes (2020) trata do avanço técnico-digital, das tecnologias de informação e de comunicação, à serviço das grandes corporações, especialmente no setor de serviços, mas não só, que acabaram por desenhar diferentes formas de trabalho remoto, como o teletrabalho, o *home office*, o trabalho por plataformas e aplicativos. Essas formas têm como pressuposto ou tendência à informalidade e à exclusão de amplos setores da legislação protetora do trabalho. A perda da condição jurídica de trabalho assalariado para grandes massas da população é apresentada sob a falsificação entusiasta de um novo léxico: são empreendedores, prestadores de serviços, patrões de si mesmos.

Ainda que preparada para essas transformações há tempos, no país a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017) realizada pelo governo ilegítimo de Michel Temer criou as condições jurídicas para a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a materialização da informalidade e insegurança jurídica como regra do trabalho. São esses dois parâmetros que animaram a reforma da previdência de 2019 (Emenda Constitucional 103, de 12/11/2019) e para a reforma

⁵⁶Destacamos as pesquisas coordenadas por Ricardo Antunes e publicações com colaboração de diversos autores como fundamentais para a compreensão da relação entre o uso de tecnologias e a subsunção do trabalho ao capital nas últimas décadas, das quais destacamos: Antunes; Braga (2009); Antunes (2018); Antunes (2020).

administrativa⁵⁷, ambas contrarreformas de lavra do governo neofascista de Jair Messias Bolsonaro.

Se o avanço da tecnologia sobre o trabalho sob as relações sociais capitalistas, antes de significar liberdade, significa servidão (ANTUNES, 2018), o impacto desse processo na educação e sobre os docentes e trabalhadores da educação é de grandes proporções pela especificidade da natureza sócio-histórica desse trabalho. O controle sobre o processo de trabalho docente e a heteronomia no processo educativo são ampliados.⁵⁸

A entrada de grandes corporações internacionais nas universidades e escolas, tais como Apple, Amazon, Google e Microsoft, seja na modalidade na oferta de serviços pagos ou supostamente gratuitos, significa irreversível acesso ao processo formativo dessas instituições, às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão realizadas. Portanto, trata-se de extração de informação privilegiada por grandes empresas de tecnologia e sem controle institucional do modo como produzimos conhecimentos e formamos gerações de estudantes e pesquisadores.

Nas universidades públicas, houve uma verdadeira corrida ao ensino remoto emergencial e, apesar de seu corpo técnico altamente qualificado, de uma maneira geral, as instituições firmaram ou ampliaram convênios com megacorporações. Onde seria possível criar e desenvolver plataformas e tecnologias próprias, com ênfase nos chamados *softwares livres*, não fugimos do controle das grandes corporações, nos submetemos à vigilância e à *mineração de dados*.

No caso da Universidade Federal Fluminense, que fazia alguns anos, já havia aderido a Google para gerenciar o seu sistema de comunicação (e-mail), ampliou voluntária e “gratuitamente” sua servidão e passou a utilizar unicamente o pacote *Google Classroom* para as chamadas aulas remotas, em geral, limitadas a um terço da carga horária regular (presencial), e para todos os demais procedimentos pedagógicos, tais como a produção e circulação de textos e o registro e cálculo das de avaliações. A partir de então, a Google alavancou a sua mineração de dados sobre a quase totalidade da comunidade universitária.

Obviamente, todo esse complexo tecnológico depende de redes de internet (fixa ou móvel), computadores e os chamados *smartphones*, pelo menos. A disponibilização aos estudantes de pacotes de dados para acesso à internet não se mostrou uma solução para a maioria da deles.

A reconfiguração do espaço doméstico em ambiente de trabalho e de formação ocorreu sob as precárias condições de vida e de trabalho já apontadas e agravadas pelos efeitos da pandemia tais como perda de renda, cuidados com crianças, idosos e doentes, trabalhos domésticos, que cresceram exponencialmente, além do sofrimento psíquico. As tarefas da reprodução social, de cuidados e reposição geracional da força de trabalho, sempre estiveram, no capitalismo, desigualmente distribuídas, cabendo quase exclusivamente às mulheres a sua realização. Cabe destacar que, na educação, a força de trabalho é majoritariamente feminina, o perfil do professor da educação básica no Brasil⁵⁹ demonstrou que 81% são mulheres e que menos da metade, 42%,

⁵⁷ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, que destaca apenas os servidores civis do Executivo da União, Estados e Municípios, foi enviada ao Congresso Nacional, no dia 3 de setembro de 2020.

⁵⁸ Sobre a natureza sócio-histórica do trabalho docente, ver Miranda (2017).

⁵⁹ Dados extraídos do Censo da Educação Básica dos anos 2009, 2013 e 2017, disponíveis em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>, acesso em 18/01/21.

declaram-se como brancos/brancas, com idade média de 41 anos, alocadas, prioritariamente, nas etapas iniciais da educação básica.

Docentes e alunos precisaram, pois, além de terem acesso ao aparato tecnológico, em geral, autocusteadas, isto é, um processo de externalização selvagem de custos, aprender a lidar com essa nova forma de comunicação e de trabalho. Afinal, ministrar uma aula por uma câmera de computador é óbvia e completamente distinto de fazê-lo em uma sala de aula, um laboratório, uma quadra esportiva, um trabalho de campo, um hospital. Aliás, em muitos casos, simplesmente, é impossível a realização da prática pedagógica de forma virtual/remota.

O processo de expropriação do conhecimento não é somente um dos problemas do avanço da subsunção da educação ao capital, ele é a forma específica da proletarianização docente⁶⁰, agora sob a forma da *infoproletarianização*.

A subsunção do trabalho ao capital ocorre para o conjunto da classe trabalhadora nas suas condições gerais de existência e não apenas relacionadas às condições de trabalho, passando o trabalho a ser socialmente definido pelo Capital e não pela atividade específica do trabalhador. Alertamos há tempos (MIRANDA, 2017), que para o Capital avançar na proposta de mercantilização da educação, a massa dos trabalhadores docentes não deve ser capaz de produzir conhecimento e conceber coletivamente um projeto de formação multilateral ou integral.⁶¹ Desde a década de 1990, documentos de organismos internacionais que atuaram e atuam nas reformas educacionais na América Latina sempre declararam a necessidade de combater os docentes reconhecidos como resistentes à agenda de mudanças neoliberais e de retirar a sua autonomia e solapar a organização sindical.

Convocamos Marx (1980), em *Teorias da Mais-Valia*, ao tratar das características do trabalho imaterial, no contexto do século XIX, para pensarmos o que está em transformação no trabalho do professor:

A produção imaterial, mesmo quando se dedica apenas à troca, isto é, produz mercadorias, pode ser de duas espécies:

1. Resulta em mercadorias, valores de uso, que possuem uma forma autônoma, distinta dos produtores e consumidores, quer dizer, podem existir e circular no intervalo entre produção e consumo como mercadorias vendáveis, tais como livros, quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita. [...]
2. A produção é inseparável do ato de produzir, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres, etc. Também aí o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida e, em virtude da natureza dessa atividade, só pode estender-se a algumas esferas (Idem, *ibidem.*, p.404).

Podemos dizer que a não separação entre *a produção* e *o consumo* existente nas instituições educacionais presenciais representou, até o ano da pandemia, a forma majoritária de realização dos processos educacionais. Contudo, assistimos a crescentes e diversificadas formas de

⁶⁰ Essa tese está desenvolvida no livro MIRANDA, Kênia. Lutas por Educação no Brasil recente: o movimento docente da educação superior. Niterói: Eduff, 2017.

⁶¹ O debate é longo e complexo, mas, indica-se Rodrigues (2016).

objetivação do trabalho docente que, alicerçadas no protótipo do EaD, representam a tendência incontestável de varrer toda e qualquer característica artesanal ou manufatureira do trabalho educativo, ainda presente no trabalho docente, subsumindo-o *realmente* ao capital.

Ao analisar historicamente a perda do controle sobre o processo de trabalho na transição entre o sistema feudal e o capitalista, Marx (s/d)⁶² destaca que a sociedade passou por dois estágios anteriores à industrialização.

No primeiro estágio, o artesanato, o trabalhador possuía o controle sobre seu processo de trabalho, decidia como fazê-lo e o executava, ou seja, havia um processo unificado de concepção e de execução, ainda que tais decisões estivessem, de certa forma, condicionadas externamente, ou seja, relacionadas às necessidades daqueles para os quais tais produtos se transformariam em bens de uso ou de troca, pois aqui a circulação dos produtos também era de responsabilidade do produtor artesão.

No segundo estágio, ao qual poderíamos chamar de etapa de transição, a manufatura, o controle do processo de trabalho ainda estava nas mãos de quem o executava, todavia os meios de produção não lhe pertenciam. Enfim, aquele artesão não decidia mais quanto e o que produzir, mas lhe restava o domínio sob a maneira de produzir ainda que o instrumento peculiar capital não lhe pertencesse. Este estágio foi chamado por Marx de *subsunção formal*.

No estágio da *subsunção formal*, o processo de trabalho não se altera significativamente, ou seja, possui características preexistentes. Já na forma especificamente capitalista, a *subsunção real*, o processo de trabalho está nas mãos do capitalista e na forma em que este organiza a cadeia produtiva. Ao produtor/trabalhador assalariado “não depende de seu arbítrio fornecer trabalho desta ou daquela qualidade: toda a empresa corporativa está organizada para que se forneça uma qualidade determinada” (Marx, s/d. p.99).

A transição entre a *subsunção formal* e a *real*, denominada de *subsunção proto-real do trabalho docente ao capital*⁶³, deu importantes passos no contexto de crise capitalista, da qual faz parte a crise sanitária que nos assola.

Como Marx, sabemos que as formas de controle sobre o trabalho são históricas, ousamos e ousaremos enfrentá-las.

POR UM PROGRAMA PEDAGÓGICO DE LUTA, À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das manifestações de sua crise estrutural, o capital não receia em empurrar para os níveis mais baixos as condições de vida da classe trabalhadora, esgarçando assim as próprias energias vitais que o alimentam. Nesse processo de destruição o capital avança sobre o conjunto da vida social, da natureza e assume formas históricas de plena barbárie. Infelizmente, falamos de nossos dias.

Nenhuma transformação da estrutura geral de valor de uso da produção é concebível sem a automobilização da humanidade dentro de um processo co-revolucionário, unificando nossas múltiplas lutas. As contradições ecológicas e

⁶²MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, s/d.

⁶³ Essa discussão encontra-se em Miranda (2017, pp. 197-202).

econômicas combinadas do capital em nosso tempo, além de todo o legado imperialista, nos dizem que a batalha por essa transição surgirá primeiro no Sul do planeta – do qual já existem sinais hoje. No entanto, as condições subjacentes são tais que a reconstituição revolucionária da sociedade tem que ser verdadeiramente universal em seu escopo e suas aspirações, abrangendo todo o mundo e todos os seus povos, para que a humanidade consiga afastar o mundo da beira da catástrofe provocada pela implacável e criativa destrutividade do capitalismo. No final, é uma questão do metabolismo humano com a natureza, que também é uma questão de produção humana e da própria liberdade humana. (FOSTER, 2020, s/p.)

Em período pandêmico, é preciso, em primeiro lugar, lutar pelas vidas das trabalhadoras e dos trabalhadores e de seus familiares. É preciso, pois, lutar – de forma coletiva e organizada – pela vacinação de toda a população brasileira, pela ampliação de recursos do SUS, pela garantia de alimentação e de moradia dignas para todos.

No que diz respeito especificamente à educação,⁶⁴ o retorno às salas de aulas só poderá se dar sob condições sanitárias efetivamente seguras, isto é, melhoria e ampliação da infraestrutura escolar, ampliação do quadro de trabalhadores da educação, garantia de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação para todos, além do material didático habitual, como bibliotecas, laboratórios e quadras esportivas.

Estabelecidas essas condições básicas e preliminares, caberá às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação em aliança com as comunidades escolares e universitárias, planejar, organizar e implementar as atividades pedagógicas necessárias e suficientes a superar as perdas provocadas pela suspensão das atividades de ensino, pelo longo período pandêmico. O nosso horizonte deve ser o de retomada da elaboração e execução de um projeto de educação para e com a classe trabalhadora, antagônico à perspectiva capitalista de redução do ser social à força de trabalho disponível e dispensável.

Como foi apresentado e debatido neste texto, as ações e supostas inações do governo brasileiro – notadamente durante a pandemia, mas mesmo antes - não foram apenas fruto de incompetência técnica, mas, fundamentalmente, resultado de escolhas político-econômico-ideológicas que visam devastar a classe trabalhadora. Portanto, antes que seja tarde demais, devemos ter claro quem são os adversários e os inimigos da classe trabalhadora, de seu projeto pedagógico e de sua tarefa histórica.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta**. vol. III. Brasília: ANDES-SN, 2020a. Disponível em <https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_gtpe_vol03_-_web>. Acesso em 18 jan. 2021.

⁶⁴ Cabe registrar que, no presente texto, estão incorporadas algumas questões abordadas no artigo de opinião e proposições *A universidade e a pandemia: Uma reflexão sobre as atividades acadêmicas através de tecnologias remotas na UFF*, de autoria de Gomes et al. (2020), inclusive os autores do presente texto, publicado no portal de notícias *Esquerda Online*, em 17/06/20, disponível em <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/17/a-universidade-e-a-pandemia-uma-reflexao-sobre-as-atividades-academicas-atraves-de-tecnologias-remotas-na-uff/>>, acesso em 13/01/21.

ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação**: análise e ações para a luta. vol. IV. Brasília: ANDES-SN, 2020b. Disponível em <https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto>. Acesso em 18 jan. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 6 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em 6 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10530.htm>. Acesso em 6 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.533, de 28 de outubro de 2020**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10533.htm>. Acesso em 6 jan. 2021.

BRASIL. **LAUDO Nº 1242/2020 - INC/DITEC/PF**. Brasília, DF: MJSP, 2020a. Disponível em

BRASIL. **Lei 14.116, de 31 de dezembro de 2020**. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.116-de-31-de-dezembro-de-2020-297470533>>. Acesso em 9 jan. 2021.

BRASIL. **Balança comercial do agronegócio – agosto/2020**. Brasília, DF: MAPA, 2020b. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-somam-quase-us-9-bilhoes-em-agosto/NotaaimpresaAgosto2020.pdf>>. Acesso em 9 jan. 2021.

CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade educacional. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. (2.ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020, pp. 10-13. Disponível em <<http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2021.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da *democracia blindada* no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017,

- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, John Bellamy. Marx e a ruptura no metabolismo universal da natureza. In: **Esquerda Online**, publicado em 13/06/2020. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/13/marx-e-a-ruptura-no-metabolismo-universal-da-natureza/>. Acesso em 10 jan. 2021.
- FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. (E-book).
- GOMES, Gustavo; RODRIGUES, José; MIRANDA, Kênia; MATTOS, Marcelo Badaró; COSTA, Reginaldo; ARGÜELLES, Regis. A universidade e a pandemia: uma reflexão sobre as atividades acadêmicas através de tecnologias remotas na UFF. In: **Esquerda Online**, em 17/06/2020. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/17/a-universidade-e-a-pandemia-uma-reflexao-sobre-as-atividades-academicas-atraves-de-tecnologias-remotas-na-uff/>. Acesso em 13 jan. 2021.
- JORDÃO, Gibran. Por que a Ford está fechando fábricas no Brasil? In: **Esquerda Online**, publicado em 12/01/21. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2021/01/12/por-que-a-ford-esta-fechando-fabricas-no-brasil/>. Acesso em 13 jan. 2021.
- MANDELI, Aline S. **Fábrica de Professores em nível superior**: a Universidade Aberta do Brasil (2003-2014). Florianópolis: UFSC, 2014. (Dissertação de mestrado).
- MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, s/d.
- MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MERMESTEIN, Waldo. Síntese do Especial Capitalismo, Meio Ambiente e Pandemias. In: **Esquerda Online**. Publicado em 11/08/2020. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/08/11/sintese-do-especial-capitalismo-meio-ambiente-e-pandemias/>. Acesso em 10 jan. 2021.
- MIRANDA, Kênia. **Lutas por educação no Brasil recente**: o movimento docente da educação superior. Niterói: Eduff, 2017.
- RIBEIRO, Victor. "Seria difícil enfrentar a pandemia sem o SUS", diz ministro da Saúde. Declaração foi feita em reunião de conselhos de secretários da área. In: **agenciabrasil.ebc.com.br**, publicado em 09 de dezembro de 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2020-12/seria-dificil-enfrentar-pandemia-sem-o-sus-diz-ministro-dsaude>. Acesso em 6 jan. 2021.
- RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RODRIGUES, José. Por um programa de transição para a educação: em defesa da concepção marxista de formação politécnica. In: EPSJV (org.). **Caminhos da politécnia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/caminhos-da-politecna-30-anos-da-escola-politecnica-de-saude-joaquim-venancio>>. Acesso em 18 jan. 2021.

VARELLA, Drauzio. Sem o SUS, é a barbárie. In: **drauziovarella.uol.com.br**. publicado em 22 de agosto de 2019, revisado em 11 de agosto de 2020. Disponível em <<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/sem-o-sus-e-a-barbarie-artigo/>>. Acesso em 6 jan. 2021.

WALLACE, Rob; LIEBMAN, Alex; CHAVES, Luis Fernando; WALLACE, Rodrick. Covid-19 e os circuitos do capital. In: **Esquerda Online**. Publicado em: 02/06/2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/02/covid-19-e-os-circuitos-do-capital/>>. Acesso em 23 ago. 2021.